

**Área: FILOSOFIA****PROVA OBJETIVA****ORIENTAÇÕES**

- A Prova Objetiva possui 40 (quarenta) questões, que deverão ser respondidas no período máximo de quatro horas.
- O tempo de duração das provas abrange a assinatura da Folha de Respostas e a transcrição das respostas do Caderno de Questões da Prova Objetiva para a Folha de Respostas.
- Não será permitido ao candidato ausentar-se em definitivo da sala de provas antes de decorrida 1 (uma) hora do início das provas.
- O candidato não poderá levar o seu Caderno de Questões da Prova Objetiva.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que todos os demais tenham terminado a prova. Apenas podendo retirar-se, concomitantemente, após a assinatura do relatório de aplicação de provas.
- Depois de identificado e instalado, o candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal, ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.
- Será proibido, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios, *paggers*, *beep*, agenda eletrônica, calculadora, *walkman*, *tablets*, *notebook*, *palmtop*, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico. A organização deste Concurso Público não se responsabilizará pela guarda destes e de outros equipamentos trazidos pelos candidatos.
- Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios.
- Durante o período de realização das provas, não será permitido também o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro ou similares, sendo o candidato comunicado a respeito e solicitada a retirada do objeto.
- Findo o horário limite para a realização das provas, o candidato deverá entregar as folhas de resposta da prova, devidamente preenchidas e assinadas, ao Fiscal de Sala.
- O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar sua Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas, use apenas caneta esferográfica preta; preencha toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão (conforme exemplo a seguir); assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

01

A

Ⓐ

B

Ⓑ

C

Ⓒ

D

●

1 O pesquisador Tomaz Tadeu da Silva problematiza, na obra *Documentos de Identidade: uma Introdução às Teorias de Currículo*, aspectos relacionados à teoria pós-colonialista do currículo. Segundo o autor:

A teoria pós-colonialista tem como objetivo analisar o complexo das relações de poder entre as diferentes nações que compõem a herança econômica, política e cultural da conquista colonial europeia tal como se configura no presente momento – chamado, é claro, de “pós-colonial”. Ela parte da ideia de que o mundo contemporâneo, no momento mesmo em que supostamente se torna globalizado, só pode ser adequadamente compreendido se considerados todas as consequências da chamada “aventura colonial europeia”. (SILVA, T. T. da. *Documentos de Identidade: uma Introdução às Teorias de Currículo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999, p.125)

Nessa perspectiva o autor, ao problematizar a teoria pós-colonialista, assevera que:

- (A) A análise pós-colonial exerce a função de garantir a posição privilegiada do sujeito imperial europeu e fomentar suas ações de poder frente às demais culturas.
- (B) A análise pós-colonial se limita a analisar as relações de poder entre as metrópoles e suas ex-colônias, que hoje se constituem como países libertados.
- (C) A teoria pós-colonial, o feminismo e outros movimentos sociais, como o movimento negro, reivindicam a inclusão de formas culturais, experiências e identidades sociais marginalizadas pela identidade europeia considerada dominante.
- (D) Deve-se problematizar as relações culturais, econômicas e políticas objetivas, entre outros elementos, para a construção de um currículo neutro, sem marcas que evidenciem colonizador e colonizado.

2 Ao discutir as relações entre currículo e multiculturalismo, Tomaz Tadeu da Silva na obra

Documentos de Identidade: uma Introdução às Teorias de Currículo, apresenta características do multiculturalismo. Entre elas, afirma que:

O chamado “multiculturalismo” é um fenômeno que, claramente, tem sua origem nos países dominantes do Norte. O multiculturalismo, tal como a cultura contemporânea, é fundamentalmente ambíguo. Por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, entretanto, também como uma solução para os “problemas” que a presença de grupos raciais e étnicos coloca, no interior daqueles países, para a cultura nacional dominante. (SILVA, T. T. da. *Documentos de Identidade: uma Introdução às Teorias de Currículo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999, p. 85)

A partir dessas características é correto afirmar que:

- (A) Apesar da ambiguidade sinalizada pelo autor (ou justamente por causa dela) o multiculturalismo representa um importante instrumento de luta política.
- (B) As desigualdades relacionadas às questões educacionais podem ser mitigadas a partir do acesso dos estudantes a um currículo comum.
- (C) Em uma leitura multiculturalista é possível estabelecer critérios de modo a aferir se uma determinada cultura (seja ela dominante ou não) pode ser considerada superior a outra.
- (D) Um currículo centrado no ensino da tolerância, do respeito e da convivência harmoniosa entre as culturas, pode ser compreendido como um currículo multiculturalista.

3 A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são integrantes, foi instituída pela Lei nº 11.892, publicada em dezembro de 2008. Nessa lei, ao demarcar as finalidades, características e objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, observa-se a preocupação em fomentar ações que propiciem melhorias no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Assinale a alternativa que traz uma outra finalidade/característica expressa no artigo 6º da referida Lei:

- (A) Desenvolver programas de extensão direcionados à implementação de novos negócios ou atualizações em empresas locais já existentes.
- (B) Ofertar cursos superiores de tecnologia visando especificamente à formação de profissionais da área de Informática capazes de colaborar nos processos de melhorias tecnológicas dos arranjos produtivos locais.
- (C) Ofertar prioritariamente cursos de licenciatura nas mais diversas áreas do conhecimento, com vistas à formação de docentes.
- (D) Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

4 A Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008, altera dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) a respeito da Educação Profissional Técnica de nível médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica.

Com base nas informações demarcadas, assinale a alternativa que apresenta os cursos que a educação profissional e tecnológica abrangerá.

- (A) A Educação Profissional e Tecnológica abrangerá cursos: (i) de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (ii) de educação profissional técnica de nível médio e (iii) de educação profissional tecnológica de graduação.
- (B) A Educação Profissional e Tecnológica abrangerá cursos: (i) de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (ii) de educação profissional técnica de nível médio e (iii) de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.
- (C) A Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida apenas nas formas integrada e subsequente.
- (D) A Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida prioritariamente de modo articulado com o Ensino Médio.

5 No livro *Escola e Democracia*, Saviani apresenta 11 teses sobre Educação e Política.

Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre as teses apresentadas na referida obra.

- [] Existe identidade entre educação e política.
- [] As relações entre educação e política se dão na forma de autonomia relativa e dependência recíproca.
- [] Toda prática política contém inevitavelmente uma dimensão educativa.
- [] Toda prática educativa não deve conter uma dimensão política.

A sequência correta, de cima para baixo, é

- (A) F, V, V, F.
- (B) V, F, V, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, F, V, F.

6 A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, disciplina e organiza a oferta de todos os níveis e modalidades da educação nacional. No artigo 21 é apresentada a organização e divisão do sistema educacional, a saber:

“Art. 21. A educação escolar compõe-se de:
I - Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
II - Educação superior”.

Para a educação superior é dedicado o capítulo IV, intitulado “Da Educação Superior”. Sobre esse capítulo, assinale a alternativa que apresenta as informações corretas:

- (A) As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições privadas, garantida a necessária previsão orçamentária.
- (B) A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: I - cursos sequenciais; II - de graduação; III - de pós-graduação e IV - de extensão.
- (C) Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, cento e oitenta (180) dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- (D) A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: I - cursos livres e que atendam a população em geral: jovens, adultos e idosos; II - de graduação; III - de pós-graduação e IV - de extensão.

7 Leia o excerto abaixo:

“[...] É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. Há um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa [...]”. (KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 6).

Com relação à diversidade étnico-racial existente no Brasil, qual das seguintes afirmações corrobora a ideia trazida pelo autor?

- (A) Enquanto humanidade, temos suprimido toda a forma de diversidade existente, negando a legitimidade da pluralidade de formas de vida, hábitos e culturas que sejam diferentes daquelas estabelecidas na contemporaneidade.
- (B) Todos os grupos sociais têm igual importância quando o foco da sociedade é o progresso: cada um entende o seu papel na cadeia produtiva e o desempenha visando um bem maior.
- (C) As contribuições dos diferentes povos que formaram a nação brasileira são valorizadas de forma igualitária pela sociedade, não havendo espaço em uma sociedade tão diversa para reprodução de preconceitos.
- (D) Todas as pessoas, independente da sua origem social, cultural ou econômica devem se adequar à ideia de modernidade, uma vez que há um horizonte a ser alcançado e o progresso deve ser o caminho a ser seguido por todos.

8 Na obra “*A presença indígena na formação do Brasil*”, os autores afirmam que “a nossa história tem sido sempre descrita como a história da colonização, como a narrativa da transferência de pessoas, instituições e conhecimentos para um novo cenário, não-europeu” (OLIVEIRA, J. P.; FREIRE, C.A.R., 2006, p. 17).

Sobre a presença e participação dos indígenas no processo de formação do Brasil, analise as seguintes afirmativas:

I – As práticas e as representações que caracterizam a sociedade brasileira não podem ser compreendidas se não forem levadas em consideração as

populações aqui estabelecidas, com suas formas de organização sociocultural e com a sua intervenção e controle sobre os recursos ambientais existentes.

II – A história brasileira muitas vezes é retratada de forma fragmentada, sendo o trabalho indígena considerado irrelevante e até mesmo silenciado na construção da nação brasileira, estando reduzido à civilização imposta pela pedagogia moral e religiosa.

III – A vasta miscigenação racial da qual a população brasileira é originária retrata por si só a importância do índio na constituição da sociedade brasileira, uma vez que na sociedade contemporânea todas as pessoas são valorizadas da mesma forma, independentemente de sua raça ou origem.

IV – Ao longo da história brasileira, prevaleceram políticas associadas à aculturação espontânea do índio, que deveria ser educado para sua progressiva integração na sociedade; isto é, o respeito às suas práticas e tradições esteve por muito tempo paradoxalmente atrelado ao estímulo para a mudança e incorporação à produção econômica.

Estão corretas:

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III.
- (B) Apenas as afirmativas III e IV.
- (C) Apenas as afirmativas I, II e IV.
- (D) Apenas as afirmativas I, III e IV.

9 No livro “*Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira*”, a autora disserta a respeito de o fato de que o termo “raça” nunca ter sido, no Brasil, um termo “neutro”, e considera que ele esteve associado a uma imagem muito particular do país. (SCHWARCZ, L. M., 2016).

Sobre as ideologias da mestiçagem presentes na história brasileira, analise as afirmativas a seguir:

I – A partir do final do século XIX, a sociedade brasileira foi influenciada pelo racismo científico, amplamente difundido. Sob sua influência afirmava-se que as diferenças biológicas explicariam a superioridade de determinadas populações em detrimento de outras. Nesse contexto, os negros e mestiços são apontados como física e mentalmente inferiores aos europeus, além de mais propensos ao crime.

II – O Brasil, assim como outros países, adotou uma política de segregação institucional após a abolição, impondo leis distintas para brancos e negros, como fica evidenciado na Primeira Constituição Republicana promulgada em 1891. Nesse

contexto, adotou-se um sistema de classificação racial segundo a ancestralidade do indivíduo. Nele seriam consideradas brancas as pessoas sem ascendência africana em determinado número de graus. III – As teorias poligenistas da humanidade afirmavam ser maléfico o cruzamento inter-racial, que levaria a perda do caráter superior existente na raça branca. Entretanto, como o processo de miscigenação já estava avançado no Brasil no fim do século XIX, adota-se como política a atribuição de um sentido positivo para a miscigenação, partindo-se da ideia de que, quanto mais miscigenada, mais branca a sociedade brasileira se tornaria.

IV – Após a abolição, projetou-se no Brasil uma falsa imagem de democracia racial, sendo um dos recursos utilizados para tanto a reconstrução da história pregressa de forma positiva, omitindo a violência e o arbítrio da história brasileira e divulgando uma imagem de senhores de escravos severos e paternais, assim como de escravos submissos e gentis.

V – A entrada de imigrantes europeus no Brasil no final do século XIX foi incentivada enquanto política nacional de modo muito enfático, claramente aludindo à intenção de branqueamento da população brasileira, o que por sua vez constituiria uma miscigenação positiva.

São ideologias de mestiçagem presentes na história brasileira:

- (A) Apenas as afirmativas II e V.
- (B) Apenas as afirmativas I, III, IV e V.
- (C) Apenas as afirmativas I, II, III e V.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV

10 Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sendo assegurado:

- I – igualdade de condições apenas para o acesso à escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V – acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, sem garantia de vagas no mesmo estabelecimento que os irmãos frequentam a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, são verdadeiros os pressupostos:

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, III e V.

11 A Constituição Federal de 1988 coloca a educação como um direito social (artigo 6º). Na Carta Magna há também um capítulo dedicado a esse direito da criança, do jovem e do adulto, especificando os deveres do Estado. É no artigo 206 que são trazidos os princípios do ensino. Sobre estes princípios previstos no artigo 206, leia as afirmações a seguir:

I – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

II – O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

III – Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, bem como temas transversais nos currículos de que trata o artigo.

IV – Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

V – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Assinale a alternativa que contemple as afirmações corretas sobre os princípios do ensino.

- (A) I, III e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I, IV e V.
- (D) I, II e IV.

12 Em sua obra clássica, *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire apresenta e discute os conceitos de educação bancária e educação libertadora.

Quanto mais analisamos as relações educador-educandos, na escola, em qualquer de seus níveis (ou fora dela), parece que mais nos podemos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante — o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras.

Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica um sujeito o narrador — e objetos pacientes, ouvintes — os educandos. (...) A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. (FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 57-58).

Sobre o conceito de educação libertadora, leia as afirmações a seguir:

I – A educação bancária serve à dominação; a educação libertadora é problematizadora, que serve à libertação.

II – A educação libertadora emite comunicados e permite aos educandos que possam apreender e entender os sentidos dos comunicados.

III – A educação libertadora transmite conteúdos a partir da experiência histórico-social dos educadores, que selecionam, a partir de um currículo elaborado, o conjunto de conhecimentos para a formação de jovens e adultos.

IV – Na concepção libertadora há a superação da contradição educador-educando, tornando-se um educador-educando e um educando-educador.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de educação libertadora.

- (A) II e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.

13 O diálogo é um dos princípios da educação libertadora e problematizadora de Paulo Freire, proposta na obra *Pedagogia do Oprimido*. O diálogo é a base da ação e da relação entre educador e educando.

Sobre a teoria da ação dialógica, assinale VERDADEIRO (V) ou FALSO (F):

[] O diálogo não precisa, necessariamente, de fé e confiança nos homens, apenas de ouvir e falar no momento adequado.

[] O diálogo não pode ser pretexto para manipulação ou silenciamentos. Ele precisa ser democrático.

[] O diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens, enquanto humanidade.

[] O diálogo é o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu, educador-educando.

A sequência correta, de cima para baixo, é

- (A) V, F, V, F.
- (B) F, V, V, V.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, F, F, V.

14 Leia o texto a seguir:

“A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar”, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. Este ponto de partida implica em uma ruptura com os pressupostos inerentes, tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeito das “aptidões” naturais, quanto às teorias do “capital humano”. (NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M., (Org.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 71).

Sobre os três estados do capital cultural definidos por Bourdieu, assinale a alternativa correta:

- (A) Capital cultural institucionalizado: A acumulação de capital cultural exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor (tal como o bronzeamento, essa incorpo-

ração não pode efetuar-se por procuração). Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do “sujeito” sobre si mesmo (fala-se em “cultivar-se”).

- (B) Capital cultural institucionalizado: Este capital apresenta-se com todas as aparências de um universo autônomo e coerente que, apesar de ser o produto da ação histórica, tem suas próprias leis, transcendentais às vontades individuais, e que, como bem mostra o exemplo da língua, permanece irredutível, por isso mesmo, àquilo que cada agente ou mesmo o conjunto dos agentes pode se apropriar (ou seja, ao capital cultural incorporado). É preciso não esquecer, todavia, que ele só existe e subsiste como capital ativo e atuante, de forma material e simbólica.
- (C) Capital cultural objetivado: Este capital “pessoal” não pode ser transmitido instantaneamente (diferentemente do dinheiro, do título de propriedade ou mesmo do título de nobreza) por doação ou transmissão hereditária, por compra ou troca. Pode ser adquirido, no essencial, de maneira totalmente dissimulada e inconsciente, e permanece marcado por suas condições primitivas de aquisição.
- (D) Capital cultural incorporado: O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, um habitus. Aquele que o possui “pagou com sua própria pessoa” e com aquilo que tem de mais pessoal: seu tempo.

15 A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, após a modificação implementada pela Lei 11.645 de 10 de março de 2008, passou a vigorar com a seguinte redação em seu Capítulo II - Da Educação Básica, artigo 26-A:

- (A) Nos estabelecimentos que atendem todas as etapas da Educação Básica, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena torna-se um referencial curricular de caráter interdisciplinar a ser adotado a critério da rede de ensino.
- (B) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio apenas vinculados à rede pública torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
- (C) Nos estabelecimentos que atendem todas as etapas da Educação Básica, públicos e privados, constitui-se um parâmetro curricular a ser adotado a critério da rede de ensino o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

- (D) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

ÁREA DE CONHECIMENTO: FILOSOFIA

16 Leia o trecho a seguir:

“– Então, disse, gerar justiça também é dispor os elementos da alma de modo que, de acordo com a natureza, entre eles haja uma relação de domínio e sujeição, mas gerar injustiça é ir contra a natureza tanto quando um governa o outro como também quando um é governado pelo outro?

– Certamente, disse.

– Ah! A virtude, pelo que se vê, seria como que saúde, beleza e boa disposição da alma, mas o vício, doença, feiura e fraqueza.

– É isso.”

(PLATÃO. *A República: ou Sobre a Justiça, Diálogo Político*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 172).

Tendo como referência este trecho do Livro IV, da obra *A República*, de Platão, marque a alternativa que apresenta corretamente a concepção de alma defendida pelo filósofo grego.

- (A) Platão concebeu a alma humana como uma entidade bipartida, isto é, há uma parte racional que compõe a alma e outra parte definida como concupiscente, voltada para o mundo sensível.
- (B) Segundo Platão, a alma racional é incapaz de controlar os impulsos humanos e esta situação de desequilíbrio interno na alma gera a produção de um estado de injustiça na cidade.
- (C) Platão compreendeu a alma humana como uma entidade tripartida – alma concupiscente, alma irascível e alma racional –, atribuindo à racional o poder de controlar as demais partes da alma.
- (D) Platão compreendeu a alma como entidade coletiva, cujo bem-estar se alcança por meio da justiça distributiva, isto é, distribuir de forma equitativa os bens materiais produzidos pela cidade para se alcançar a saúde e a beleza.

17 A fundamentação da metafísica dos costumes pretende, nas palavras do próprio autor, a “fixação do princípio supremo da moralidade” (KANT, I. **A fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Discurso Editorial: Barcarolla, 2011. p. 19).

Este princípio será o Imperativo Categórico.

O imperativo pede para que nos comportemos segundo máximas que possam ser universalizadas sem contradição. Ou seja, é preciso se perguntar o que decorreria se a máxima segundo a qual pretendemos agir fosse universalizada por uma lei imposta a todos os demais agentes. Onde, furar a fila é imoral, porque se tal atitude fosse universalizada por uma lei, a própria noção de fila deixaria de existir. Logo, o desejo de furar a fila implica num desejo contraditório: deseja-se a existência da fila e, ao mesmo tempo, pretende-se que ela seja uma exceção apenas para si. Por isso, é imoral.

E o que dizer da falta de disposição para desenvolver os próprios talentos que seriam úteis para a sociedade? Segundo Kant e seu imperativo categórico, essa atitude é moral ou imoral?

- (A) A ação é imoral, porque se todos os indivíduos forem impedidos de desenvolver os seus talentos, a própria sociedade se esfacelaria e deixaria de existir, tal como a fila.
- (B) A ação é moral, porque, ainda que uma sociedade formada exclusivamente por pessoas que não desenvolveram seus talentos não seja a melhor das sociedades, ela é uma sociedade possível.
- (C) A ação é imoral, porque, ainda que uma sociedade formada exclusivamente por pessoas que não desenvolveram seus talentos seja possível, não é desejável a universalização dessa máxima.
- (D) A ação é moral desde que haja um equilíbrio reflexivo que exija de cada um o mínimo de desenvolvimento pessoal, a fim de possibilitar uma sociedade funcional e pragmática.

18 A boa prática científica pode se assentar num conjunto de dogmas, isto é, de crenças postas acima de suspeitas? Contrariando a imagem do cientista como um “espírito aberto” e essencialmente não-dogmático, o filósofo da ciência Thomas Kuhn acredita que o cientista individual não partilha desses atributos. Para ele,

Preconceito e resistência parecem ser mais a regra do que a exceção no desenvolvimento científico avançado. [...]

Embora o preconceito e resistência às inovações possam muito facilmente pôr um freio ao progresso científico, a sua onipresença é, porém, sintomática como característica requerida para que a investigação tenha continuidade e vitalidade. Características desse tipo, tomadas coletivamente, eu classifico como dogmatismo das ciências maduras. [...] A educação científica “semeia” o que a comunidade científica, com dificuldade, alcançou até aí - uma adesão profunda a uma maneira particular de ver o mundo e praticar a ciência. (KUHN, Thomas S. **A função do dogma na investigação científica**. Curitiba: UFPR / SCHLA, 2012, p. 20-21).

Considere as seguintes assertivas:

I – Há aqui uma contradição no pensamento do autor porque não se compreende como o autor de *A estrutura das revoluções científicas* defenda a importância do dogma para a ciência e que os cientistas sejam em sua prática conservadores e não, revolucionários.

II – O posicionamento de Kuhn é coerente com sua concepção de paradigma científico. Com efeito, para Kuhn, na base da prática científica está a adesão a um paradigma que, partilhado pela comunidade científica, define os limites da ciência normal de uma dada época.

III – Aqui está um dos pontos centrais da divergência entre Kuhn e Popper. Para Popper, não haveria dogma científico acima ou imune ao princípio da falseabilidade. A ideia de uma crença que devesse ser protegida e não falseada lhe pareceria também não-científica.

IV – Neste ponto, é possível aproximar o posicionamento de Kuhn e de Imre Lakatos. Porque este último compreende que todo programa de pesquisa parte de um “núcleo irreduzível” de hipóteses que não serão postas em discussão (que, de princípio, não se tentará falsear).

Assinale a alternativa que contém apenas as assertivas corretas:

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

19 Em sua investigação sobre a lógica da pesquisa científica, Karl Popper percebe a impossi-

bilidade de provarmos a verdade de uma teoria a partir da experimentação empírica. Isso porque tal prova implicaria necessariamente no recurso a um argumento falacioso, a afirmação do consequente. De forma esquemática, poderíamos resumir da seguinte maneira tal argumento: se a teoria A está correta, então o experimento terá o resultado X; o experimento teve o resultado X (o esperado); logo, a teoria A é verdadeira. Ora, não necessariamente, afinal, uma outra teoria ainda não apresentada também poderia oferecer uma boa explicação para este fenômeno. Todavia, pode-se sim provar por *modus tollens* a falsidade de uma teoria, desde que o resultado que se previa para o experimento não seja verificado.

Como Popper redefine a ciência a partir dessa constatação?

- (A) Popper parte para uma abordagem historicista da ciência, segundo a qual a aceitação pela comunidade científica de um paradigma seja a única forma de se estabelecer uma ciência dita “normal” para cada momento histórico, a despeito da impossibilidade de se provar tal paradigma.
- (B) Popper acaba por adotar um tipo de anarquismo epistemológico fortemente relativista conhecida por falsificacionismo, pois compreende que, sem acesso à verdade das teorias, as proposições científicas são tão válidas quanto qualquer proposição. Com efeito, isso faz desse autor referência do pensamento negacionista.
- (C) Popper compreende que a ciência não pode ser pensada como conjunto de proposições verdadeiras, mas que ela é uma prática que se interessa por proposições falseáveis, isto é, que possam ter sua falsidade verificada através de um experimento.
- (D) Popper parte para uma crítica da tradição aristotélica que dava às sensações um papel informativo importante para a construção do conhecimento e tenta reabilitar uma concepção racionalista e intelectualista da ciência. Neste sentido, aproxima-se muito de Descartes e Platão.

20 Segundo Epicuro, a felicidade consiste no prazer, definido como ausência de dor. Pode-se perguntar: como é possível ficar feliz diante da ameaça constante da morte? A esse questionamento, o filósofo assevera:

“Donde um correto conhecimento de que a morte nada é para nós faz da vida mortal algo apreciável, não por adicionar tempo infinito, e sim por suprimir o anseio de imortalidade”. (*EPICURO. Cartas & Máximas principais: “Como um deus entre os homens”*. São Paulo: Penguin, Companhia das Letras, 2020, p. 62).

Por que, para Epicuro, o mal residiria nas sensações?

- (A) Para Epicuro, materialista, a sensação é uma relação entre corpos. A dor é a sensação de prejuízo para o corpo. A morte, pondo fim ao corpo, também encerra as sensações e toda possibilidade de sofrimento.
- (B) Para Epicuro, as sensações nos informam sobre os prazeres baixos, que se obtém da materialidade. A verdadeira felicidade estaria na elevação do espírito ao Bem, o qual, sendo inteligível, não é apreendido pelos sentidos.
- (C) Porque Epicuro reconhece no corpo um cárcere da alma, pois o cuidado do corpo é tempo tomado da filosofia. Por isso, após a morte, livre das sensações do corpo, o filósofo poderá contemplar a verdade em si mesma.
- (D) Porque Epicuro reconhece que os sentidos por vezes nos enganam; ele toma uma atitude cética diante dos sentidos. Eles, enquanto fonte de tormento e engano, seriam também razão de todo erro judicativo.

21 Quem busca uma resposta ao ceticismo terá que enfrentar a questão do critério de verdade: como poderíamos nos certificar da verdade de uma proposição qualquer sobre o mundo? Este é um problema enfrentado, por exemplo, por René Descartes. Para este filósofo,

“a verdade é uma noção tão transcendentalmente clara que é impossível ignorá-la [...] com efeito, existem meios de examinar uma balança antes de usá-la, mas não existiriam meios de apreender o que é a verdade se nós não a conhecêssemos naturalmente.” (*DESCARTES, R. Carta a Mersenne de 16 de outubro de 1639. Apud: FORLIN, E. A teoria cartesiana da verdade*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Ijuí: Ed. Unijuí/Fapesp, 2005. pp. 29-30).

Esse conhecimento primeiro sobre a verdade ganha diferentes versões ao longo do processo meditativo de Descartes.

A este respeito considere as seguintes assertivas:
I – Um primeiro critério de verdade utilizado por Descartes em sua meditação é a indubitabilidade. Ou, inversamente, tudo aquilo sobre o qual repousar a menor dúvida será tomado como falso.

II – Na enunciação do *Cogito*, a certeza que o indivíduo tem sobre sua própria existência desempenha o papel de critério de verdade. A indubitabilidade do *Cogito* decorre desta certeza absoluta que o indivíduo tem sobre sua própria existência.

III – A partir do *Cogito*, a certeza do sujeito torna-se critério de verdade para qualquer proposição.

IV – Por fim, Descartes estabelece como regra geral que todas as coisas conhecidas claras e distintamente são verdadeiras.

Assinale a alternativa que contenha unicamente as assertivas verdadeiras:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

22 O racismo é fenômeno estrutural que segue impactando profunda e negativamente a vida de tantas pessoas. Elemento central na manutenção de tal fenômeno é o conceito de raça, que remonta a meados do século XVI, e foi utilizado então em referência a distintas categorias de seres humanos. No século XX, a partir dos esforços de parte da antropologia, chegou-se à constatação de que não há nada na realidade natural que corresponda ao conceito de raça.

Acerca de algumas noções indispensáveis para se compreender o racismo, considere as afirmações abaixo:

I – Discriminação racial é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados.

II – Racismo se manifesta apenas por meio de práticas espontâneas que culminam em vantagens e privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

III – Preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.

Com base nos itens acima, a alternativa que reúne apenas afirmações CORRETAS é:

- (A) Afirmações I e II.
- (B) Afirmações II e III.
- (C) Afirmações I e III.
- (D) Todas as afirmações estão corretas.

23 No relatório da CPI do Senado sobre o Assassinato de Jovens, publicado em 2016, foi divulgada uma estatística estonteante: a cada 23 (vinte e três) minutos, um jovem negro entre 15 e 29 anos é assassinado no Brasil, seja pela omissão do Estado (que permite o surgimento de traficantes e milicianos), seja por ação direta das forças policiais.

Aliás, foi como consequência de assassinato realizado por oficial de polícia contra George Floyd, um homem negro desarmado, rendido e imobilizado, que o movimento Black Lives Matter ganhou maior notoriedade no mundo.



(Fonte: <https://www.flickr.com/photos/gotovan/49958642882>. Acesso em: 26/02/2022).

Não é possível asseverar se o debate teórico acerca do racismo precede as manifestações de rua, ou vice-versa. O que se pode notar, todavia, é que acadêmicos e manifestantes se encontram cada vez mais munidos de ferramentas conceituais. O racismo estrutural, por exemplo, é noção que ajuda a compreender que o fenômeno do racismo não é apenas manifestação individual, mas o *modus operandi* do modelo de organização econômico-social vigente.

Para Almeida (2019), são considerados o cerne da manifestação estrutural do racismo:

- (A) a alienação, a guerra, o direito e a geopolítica.
- (B) a ideologia, a política, a moral e a economia.
- (C) a alienação, a guerra, a cultura e a geopolítica.
- (D) a ideologia, a política, o direito e a economia.

24 O mês de outubro de 2021 foi dedicado à discussão acerca do Ensino de Filosofia pela AN-POF, levando a comunidade filosófica a debater temáticas e ações que são importantes à área. O trecho abaixo se encontra no fórum de debate dedicado a essa temática:

“Assim, o entrelugares se revela, se não a principal, uma das características da produção acadêmica do ensino de filosofia no Brasil. Isso porque, historicamente, ela se formou entre as frestas institucionais acadêmicas das áreas de filosofia e de educação. Quem primeiro acolheu as demandas de pesquisa sobre o tema, e continua a ser uma grande aliada, foi a filosofia da educação. [...] Por sua vez, mesmo que não houvesse muita abertura dos programas de pós-graduação acadêmicos em filosofia para o ensino de filosofia, foi possível forçar as possibilidades institucionais e se infiltrar nas frestas deixadas na área de teoria do conhecimento, ética, estética, política e até história da filosofia, desenvolvendo, em um plano periférico, a temática. Até porque, ao contrário do que muitas vezes é pressuposto, as tensões que irrompem da pesquisa com o ensino de filosofia encontram seu apoio, principalmente, na própria tradição filosófica e, por conseguinte, ressoam as problemáticas típicas da área da filosofia”. (*Disponível em: <https://anpof.org/forum/canone--uma-proposta-de-debate/filosofia-do-ensino-de-filosofia-por-uma-cidadania-filosofica>. Acesso em: 26/02/2022*).

De posse dessas reflexões e em consonância com o proposto por Cerletti (2009), pode-se afirmar que o ensino de filosofia tem sua fundamentação inscrita, primordialmente, no âmbito:

- (A) didático.
- (B) filosófico.
- (C) metodológico.
- (D) pedagógico.

25 O processo de ensino filosófico apresenta como exigência inexorável a elaboração de uma concepção – ainda que mínima – daquilo que se pretende ensinar sob a alcunha de filosofia.

“A filosofia é o ato de reorganizar todas as experiências teóricas e práticas, propondo uma nova grande divisão normativa que inverte uma ordem intelectual estabelecida e promove novos valores para além dos comuns. A forma de tudo isto é, mais ou menos, dirigir-se livremente a todos, mas primeiro e principalmente aos jovens, pois um filósofo sabe perfeitamente bem que os jovens têm que tomar decisões sobre suas vidas e que eles estão geralmente mais dispostos a aceitar os riscos de uma revolta lógica” (*BADIOU apud CERLETTI, 2009, p. 35*).

Na concepção apresentada por Cerletti (2009), haveria duas dimensões no ensino de filosofia. Qual das alternativas abaixo contém essas dimensões?

- (A) repetição e criação.
- (B) repetição e tradição.
- (C) inovação e criação.
- (D) transmissão e recepção.

26 Para o ensino de Filosofia, pode-se tomar como ponto de partida o explicitado como cidadania nos documentos citados nas Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Esses documentos exortam à coerência entre a prática escolar e princípios estéticos, políticos e éticos, a saber: Estética da Sensibilidade; a Política da Igualdade, e; a Ética da Identidade.

Nogueira (2011) postula que a inclusão dos conteúdos de História e Culturas Afro-brasileiras e Africanas no ensino de Filosofia acrescentaria novos desdobramentos para os três pontos de partida antes mencionados. Nesse sentido, considere as afirmações abaixo:

- I – Uma estética afrodiáspórica e antirracista;
- II – Uma política que combata as assimetrias baseadas em critérios étnico-raciais;
- III – Uma ética que combata as discriminações negativas endereçadas a grupos étnico-raciais que historicamente têm sido subalternizados, propor uma Ética ubuntu.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) Afirmações I e II.
- (B) Afirmações II e III.
- (C) Afirmações I e III.
- (D) Todas as afirmações estão corretas.

27 De certa maneira, parece haver se constituído como espécie de senso-comum filosófico a narrativa hegemônica do exclusivo nascimento grego da Filosofia. No entanto, algumas pesquisas se levantam contra esse modelo de narrativa, como é o caso, por exemplo, de uma abordagem filosófica afroperspectivista, que, dentre outras características,

“é pluralista, reconhece diversos territórios epistêmicos, é empenhada em avaliar perspectivas e analisar métodos distintos. Tem uma preocupação especial para a reabilitação e o incentivo de trabalhos africanos e afrodiaspóricos em prol da desconstrução do racismo epistêmico antinegro e da ampliação de alternativas para uma sociedade intercultural e não hierarquizada” (NOGUERA, R. *O ensino de filosofia e a lei 10.639*. Editora Pallas: Rio de Janeiro, 2011, p. 68-69).

A respeito da noção de racismo epistêmico, considere as afirmações abaixo:

I – No caso da filosofia, esse conceito demonstra que apenas o mundo ocidental pode garantir a filosoficidade de um saber.

II – Ao se arrogarem a autoridade de definir a filosofia, as guerras de colonização produziram epistemicídio, ou seja, o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados.

III – Tradicionalmente eurocêntrica, essa visão tenderia a excluir outros estilos, linhas e abordagens filosóficas, negando a legitimidade epistemológica dessas abordagens que não são ocidentais.

A alternativa que reúne as afirmações CORRETAS é:

(A) Afirmações I e II.

(B) Afirmações II e III.

(C) Afirmações I e III.

(D) Todas as afirmações estão corretas.

28 “O homem nasceu livre, e em toda parte vive acorrentado. O que se crê amo dos outros não deixa de ser mais escravo que eles. Como essa mudança se deu? Não sei. O que a pôde tornar legítima? Creio poder responder a essa questão.

Se considerasse somente a força e o efeito que dela deriva, eu diria: ‘Enquanto um povo é constrangido a obedecer, e obedece, faz muito bem;

assim que pode se livrar do jugo, e se livra, faz melhor ainda. Porque, recuperando sua liberdade pelo mesmo direito que a tomou dele, ou tem fundamento para retomá-la, ou não tinha quem a tomou’. Mas a ordem social é um direito sagrado, que serve de base a todos os outros. No entanto, esse direito não vem da natureza, ele se fundamenta portanto em convenções” (ROUSSEAU, J-J. *Do contrato social ou Princípios do direito político*. São Paulo: Penguin Classics – Companhia das letras, 2011, p. 55).

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) é considerado o fundador da democracia moderna e influenciou vários movimentos revolucionários como a Revolução Francesa. Marque a alternativa que apresenta corretamente as concepções da filosofia política de Rousseau.

(A) Para Rousseau, a sociedade política origina-se em um pacto social que, para ser legítimo, deve ter como fundamento o consentimento dos pactuantes que alienam os seus direitos naturais em favor do corpo coletivo que se torna soberano.

(B) Rousseau considerou que os direitos naturais são inalienáveis, pois a ordem social, que não se funda em convenções, não pode obrigar o indivíduo a transferir a sua liberdade natural e os seus demais direitos para o corpo coletivo.

(C) Para Rousseau, os homens, que não nascem livres, ganham a liberdade ao se tornar súditos da lei, pois o pacto social, que institui a sociedade civil, transforma os homens em cidadãos livres e iguais.

(D) Rousseau considerou que a ordem social, que não se funda em convenções e transforma o Estado em representação do poder soberano, é necessária para a harmonia e a paz da sociedade civil.

29 Dentre as inúmeras atribuições cotidianas do(a) professor(a) de filosofia na realização de seu trabalho, deve-se contar como fundamental o contato com textos de registros variados, mas, óbvia e principalmente, com textos filosóficos.

Acerca dessa relação entre estudo filosófico e texto, Porta (2002, p. 55) assevera: “Ainda que seja possível diferenciar, em princípio, entre os modos de abordagem do estudo da filosofia e do texto filosófico, existe entre ambos um vínculo estreito”.

Há inúmeras propostas metodológicas para leitura de um texto filosófico.

Considerando-se a proposta de Porta (2002), analise os itens a seguir:

I – O texto filosófico deve ser lido como fonte de informações.

II – O texto filosófico deve ser lido como objeto de análise.

III – O texto filosófico pode prescindir de certo nível literário, mas não pode prescindir de certo nível linguístico.

Com base nos itens acima, escolha a alternativa que reúna as afirmações CORRETAS:

(A) Afirmações I e III.

(B) Afirmações I e II.

(C) Afirmações II e III.

(D) Todas as afirmações estão corretas.

30 O filósofo Jean Paul-Sartre afirma que a “existência precede a essência”. Essa célebre frase é apresentada em sua obra *O existencialismo é um humanismo*. Nela o pensador desenvolve a sua concepção de existência humana. Sua filosofia se confronta com a tradição filosófica do essencialismo, que compreende o sentido da vida a partir de uma essência absoluta e inalterável. Sartre, por sua vez, rejeita a tese de que exista uma razão ou causa a priori que defina o sentido da vida humana, em troca, ele nos diz que a primeira evidência é a própria existência. Sobre essa tese o filósofo afirma:

“O que significará aqui o dizer-se que a existência precede a essência? Significa que o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e que só depois se define” (SARTRE, J. P. *O existencialismo é um humanismo*. In: Sartre. São Paulo: Abril Cultural. (Col. Os Pensadores). 1978, p. 6).

Acerca da tese sartreana de que a existência precede a essência, analise as afirmações a seguir.

I – Ao dizer que a existência precede a essência, Sartre argumenta que os seres humanos não possuem uma essência anterior.

II – Se não há uma essência dada como princípio de determinação do ser humano, então, antes de existir o homem é o nada.

III – A antecedência ontológica da existência sobre a essência indica que o modo como o sujeito constrói a sua vida determinará o que ele é.

IV – O existencialismo de Sartre, ao negar a ante-

cedência da essência sobre a existência, tem como consequência a afirmação da liberdade humana.

Assinale a alternativa correta:

(A) Estão corretas apenas as afirmações I e II.

(B) Estão corretas apenas as afirmações I, II e IV.

(C) Estão corretas apenas as afirmações I e III.

(D) Todas as afirmações estão corretas.

31 Leia o texto a seguir:

“A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro; em resumo, opressores e oprimidos em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito” (MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Trad.: Álvaro Pina. Boitempo editorial: São Paulo, 2005, p. 40).

De acordo com Marx, toda sociedade é formada por classes sociais que estão em constante conflitos. Acerca da concepção marxiana de classe social, assinale a alternativa correta:

(A) Na concepção de Marx, para se compreender as classes sociais em um dado momento histórico, é preciso examiná-las isoladamente, de acordo com as preferências ideológicas e tendências culturais dos sujeitos envolvidos.

(B) As classes sociais apresentam características a-históricas, de tal forma que podemos compreendê-las através da essência ou natureza humana. Marx defende a tese de que, por natureza, os indivíduos são selecionados para comandar ou ser comandados.

(C) A concepção de classe social em Marx é representada pelo conceito de poder simbólico. Para o filósofo, os grupos sociais são determinados por aspectos como o status, a honra e o prestígio.

(D) As classes sociais não existem de maneira isolada, mas como parte de um sistema de classes, o que define e distingue as classes são as relações e modo de produção, ou seja, é a maneira como os seres humanos organizam as atividades produtivas.

32 Leia o texto a seguir:

“O poder legislativo é aquele que tem o direito de fixar as diretrizes de como a força da sociedade política será empregada para preservá-la e a seus membros. No entanto, como essas leis devem ser constantemente executadas e sua força deve vigorar para sempre, podem ser elaboradas em pouco tempo e, portanto, não é preciso que o legislativo se mantenha para sempre, uma vez que nem sempre terá ocupação. [...]”

Porém, como as leis elaboradas de imediato e em pouco tempo têm força constante e duradoura, e requerem uma perpétua execução ou assistência, é necessário haver um poder permanente, que cuide da execução das leis que são elaboradas e permanecem vigentes. E assim acontece, muitas vezes, que sejam separados os poderes legislativo e executivo.

[...] De modo que, segundo esta consideração, a sociedade política como um todo constitui um corpo único em estado de natureza com respeito a todos demais estados ou pessoas externas a esse corpo. Este contém, portanto, poder de guerra e paz, de firmar ligas e promover alianças e todas as transações com todas as pessoas e sociedades políticas externas e, se alguém quiser, pode chamá-lo de federativo” (LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo*. 3. ed. São Paulo: Martins fontes – selo Martins, 2020. p. 514-516).

John Locke (1632-1704), filósofo contratualista, é considerado o fundador do liberalismo político e um dos temas importantes de seu pensamento político refere-se ao poder supremo. Marque a alternativa que apresenta corretamente a concepção de Locke acerca deste poder político.

- (A) John Locke defendeu que só pode haver um poder supremo, que é o legislativo, e os demais poderes, executivo e federativo, devem ser subordinados ao poder responsável por criar as leis, mas sendo ele apenas um poder fiduciário, cabe ainda ao povo o poder supremo para remover ou alterar o legislativo.
- (B) John Locke, defensor do liberalismo político, declarou que os direitos naturais, direito

à liberdade, à vida e à propriedade, são inalienáveis. Nesta perspectiva liberal, ele argumentou que o único a deter o poder supremo é o povo, pois como todos homens nascem livres e iguais, a soberania popular torna-se também inalienável.

- (C) John Locke, ao defender a harmonia entre os três poderes, executivo, legislativo e federativo, considerou que o poder supremo pertence ao Estado, pois, ao ser constituído de forma tripartite, é necessária a divisão do poder para combater as posições absolutistas e evitar os abusos de poder.
- (D) Com o objetivo de se opor à concepção absolutista de Estado, John Locke defendeu, em sua filosofia política, o Estado tripartite, isto é, dividido entre três poderes (legislativo, executivo e federativo), atribuindo ao executivo o poder supremo, pois, por ser um poder permanente, a soberania, confiada a esse poder, é necessária para a execução das leis.

33 A filosofia nascente é marcada pelo esforço do pensamento humano em compreender os fenômenos da realidade. Os vários fatores históricos que impulsionaram o seu surgimento deram condições para que uma nova forma de pensamento se estabelecesse na cultura ocidental. De acordo com a tradição histórica, esta fase inicial da filosofia é conhecida como período pré-socrático.

Sobre a filosofia pré-socrática é correto afirmar.

- (A) Dentre os objetivos dos primeiros filósofos, pré-socráticos, podemos destacar a construção de uma cosmogonia (explicação acerca da gênese do universo através dos deuses).
- (B) Os filósofos pré-socráticos buscavam compreender a arché do universo. O termo arché é de origem grega e significa princípio substancial. Neste caso, os pré-socráticos viavam a identificar o princípio causador de todos os seres.
- (C) Dedicados ao estudo da physis, os teóricos pré-socráticos iniciaram a análise sobre a natureza do universo. É unânime nesses pensadores que o universo tem uma causa transcendental, mas que pode ser explicada racionalmente.
- (D) As primeiras explicações cosmológicas nasceram com os pensadores pré-socráticos, que almejaram unificar toda a tradição mítica em apenas uma teoria divina sobre a origem do universo.

34 Leia o texto a seguir:

“Portanto, é preciso adquirir a ciência das causas primeiras. Com efeito, dizemos conhecer algo quando pensamos conhecer a causa primeira. Ora, as causas são entendidas em quatro diferentes sentidos” (*ARISTÓTELES. Metafísica. São Paulo: Loyola, 2002, p. 15*).

A filosofia de Aristóteles foi um marco fundamental para o desenvolvimento dos princípios da ciência, sobretudo em relação à teoria da causalidade. Marque a alternativa que apresenta corretamente a teoria da causalidade de Aristóteles.

- (A) Segundo Aristóteles, há uma hierarquia na classificação das quatro causas e, no desenvolvimento de sua teoria, ele considerou a causa material como sendo o princípio primordial de todas as coisas existentes na natureza. A partir deste princípio determinante, todos os seres naturais entram em um movimento cíclico de geração e corrupção e alcançam, no final deste ciclo, a perfeição ou o Ato Puro.
- (B) Aristóteles classificou, em sua teoria da causalidade, as causas primeiras como causa formal, o princípio imaterial ou o pensamento que modela a matéria; a causa material ou a matéria-prima que compõe as substâncias da natureza; a causa motriz ou a causa do movimento e, por fim, a causa final ou a meta a ser alcançada pelo processo de transformação gerado pelo movimento dos seres existentes na terra e no céu.
- (C) Aristóteles desenvolveu a sua teoria da causalidade ou teoria das quatro causas, também conhecidas como causas primeiras como princípios explicativos das substâncias existentes na natureza. E, para o Estagirita, a ideia ou a causa formal é o princípio primordial que determina a existência de todos os seres naturais. Esta concepção aristotélica é reconhecida como concepção realista natural.
- (D) Segundo Aristóteles, os quatro diferentes sentidos das causas referem-se à causa material, que representa o princípio indeterminado dos seres; à causa motriz, responsável pela geração do movimento; à causa potencial ou modeladora dos seres existentes na natureza; e à causa final ou a meta de toda transformação dos seres naturais, também definida como sendo o Primeiro Motor ou Ato Puro.

35 Leia o texto a seguir:

“As revoluções políticas iniciam-se com um sentimento crescente, com frequência restrito a um segmento da comunidade política, de que instituições existentes deixaram de responder adequadamente aos problemas postos por um meio que ajudaram em parte a criar. De forma muito semelhante, as revoluções científicas iniciam-se com um sentimento crescente, também seguidamente restrito a uma pequena subdivisão da comunidade científica, de que o paradigma existente deixou de funcionar adequadamente na exploração de um aspecto da natureza, cuja exploração fora anteriormente dirigida pelo paradigma. Tanto no desenvolvimento político como no científico, o sentimento de funcionamento defeituoso, que pode levar à crise, é um pré-requisito para a revolução.” (*KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 126*).

Thomas Kuhn (1922-1996) apresentou uma concepção inédita, com a publicação do seu livro *A estrutura das revoluções científicas*, para explicar o desenvolvimento da ciência. Marque a alternativa que apresenta corretamente a concepção de Thomas Kuhn sobre o processo de mudança de paradigmas.

- (A) Para Thomas Kuhn, a ciência normal, ou a tradição científica, é formada por um processo cumulativo que permitiu, por exemplo, compreender, à luz do método experimental de Galileu, os erros do paradigma aristotélico.
- (B) Thomas Kuhn considerou que quanto mais razoável for uma hipótese, mais chance ela terá de se tornar um paradigma dominante ao ser sustentada pela iniciativa individual de um cientista visionário.
- (C) Segundo Thomas Kuhn, o sentimento de funcionamento defeituoso, que desencadeia a crise de um paradigma, é detectado por meio de processos empíricos de verificação das hipóteses falseáveis.
- (D) Para Thomas Kuhn, a transição de um paradigma em crise para um novo paradigma, que pode estabelecer uma nova tradição científica, não é um processo cumulativo articulado com o velho paradigma.

36 Leia o texto a seguir:

“Antes de surgir um alfaiate, o ser humano costurou durante milênios, pressionado pela necessidade de vestir-se. Mas o casaco, o linho, ou qualquer componente da riqueza material que não seja dado pela natureza, tinha de originar-se de uma especial atividade produtiva, adequada a determinado fim e que adapta certos elementos da natureza às necessidades particulares do homem. O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.” (MARX, K. *O capital: crítica da economia política – livro I*. 36. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2019, p. 64-65).

Com base no texto e nas contribuições de Karl Marx (1818-1883) para a economia política, marque a alternativa que apresenta a concepção marxista acerca do trabalho e da geração de riqueza.

- (A) Karl Marx considerou que o trabalho e a natureza são as duas fontes de riqueza, pois esta última fornece a matéria para ser transformada por meio do trabalho, força vital do homem, que modifica a natureza e o seu próprio ser, pois, por meio do trabalho, o homem produz a sua existência material e espiritualmente.
- (B) Karl Marx declarou que o trabalho é a condição necessária para a emancipação humana, pois o homem, ao ser transformado em instrumento de trabalho, é coisificado ou reificado por meio do processo de alienação ou exploração de mais-valia que se materializa em capital, isto é, em riqueza produzida pelo trabalho humano.
- (C) Ao se posicionar de forma contrária àqueles que defendiam a terra ou a natureza como sendo a única fonte de riqueza, Karl Marx, crítico do liberalismo econômico, filiou-se à tese de Adam Smith, expressa em sua obra *Riqueza das Nações*, que defendeu o trabalho como única fonte de riqueza.
- (D) Em sua obra *O capital*, Karl Marx argumentou

que o trabalho é a única fonte de riqueza, pois, por meio do processo de exploração de mais-valia, isto é, o trabalho não pago que se materializa em lucro, a classe burguesa acumula capital e se expande por todo o globo.

37 Leia o texto a seguir:

“Mas o que sou eu, portanto? Uma coisa que pensa. Que é uma coisa que pensa? É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente. Certamente não é pouco se todas essas coisas pertencem à minha natureza. Mas por que não lhe pertenceriam? Não sou eu próprio esse mesmo que duvida de quase tudo, que, no entanto, entende e concebe certas coisas, que assegura e afirma que somente tais coisas são verdadeiras, que nega todas as demais, que quer e deseja conhecê-las mais, que não quer ser enganado, que imagina muitas coisas, mesmo mau grado seu, e que sente também muitas como que por intermédio dos órgãos do corpo? Haverá algo em tudo isso que não seja tão verdadeiro quanto é certo que sou e que existo, mesmo se dormisse sempre e ainda quando aquele que me deu a existência se servisse de todas as suas forças para enganar-me? [...] Que assim seja; todavia, ao menos, é muito certo que me parece que vejo, que ouço e que me aqueço; e é propriamente aquilo que em mim se chama sentir e isto, tomado assim precisamente, nada é senão pensar. Onde, começo a conhecer o que sou, com um pouco mais de luz e de distinção do que anteriormente” (DESCARTES, R. *Meditações*. In.: *Descartes*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Col. Os Pensadores, p. 95).

Tendo como referência este texto do filósofo René Descartes (1596-1650) e as suas contribuições para a teoria do conhecimento, marque a alternativa que apresenta corretamente as concepções da filosofia cartesiana.

- (A) Descartes, ao se utilizar do recurso dos céticos, a dúvida, estabeleceu um princípio sólido para o conhecimento ao fundamentá-lo nas impressões produzidas a partir dos órgãos do corpo e analisadas por meio da ra-

ção, responsável pelo discernimento crítico e racional, deste modo, ele superou o ceticismo predominante no período renascentista.

- (B) Descartes, ao valorizar a história da filosofia, contribuiu para o seu desenvolvimento ao aprimorar o método investigativo dos filósofos escolásticos que buscavam, por meio da dúvida, provar a existência de Deus e, embora, tenha considerado o ser que lhe deu existência como um gênio maligno, ele concluiu, após um longo processo de dúvida, que Deus é bom e perfeito.
- (C) Descartes tornou-se um cético provisório em busca de certezas que pudessem fundamentar, com solidez, o conhecimento e, depois de um longo processo de dúvida, encontrou a evidência das ideias inatas, ideias claras e indubitáveis, que ele distinguiu das ideias adventícias que são produzidas pelos órgãos do corpo, bem como, das ideias fictícias, inventadas pelo filósofo mesmo.
- (D) Descartes transformou a dúvida em método filosófico e, por meio da dúvida hiperbólica, chegou a duvidar de sua própria existência, contudo, ele concluiu que o ato de duvidar é uma prova de sua existência e, deste modo, superou o dualismo psicofísico preconizado pela filosofia platônica ao considerar que o processo de sentir, por meio dos órgãos do corpo, pressupõe um ato de pensar.

38 Leia o texto a seguir:

“Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento - que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia - é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (MARX, K. *O capital: crítica da economia política – livro I*. 36 ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2019, p. 28).

No trecho acima, Marx destaca o seu método de análise da realidade social. Denominada de Materialismo histórico e dialético, a abordagem de Marx é conhecida pela oposição ao método hegeliano e por sua originalidade ao investigar os fun-

damentos que determinam a organização social.

Acerca do método em Marx, analise as afirmações a seguir:

I – Uma das teses do método de Marx está em atribuir à categoria do modo de produção da vida material o papel de condicionante do conjunto da vida social, política e espiritual.

II – O método de Marx é materialista porque, diferentemente do idealismo de Hegel, compreende a natureza da sociedade através de características puramente biológicas.

III – O materialismo histórico compreende que os sujeitos sociais são historicamente determinados pelas relações de trabalho nas diferentes sociedades.

IV – Ao rejeitar o idealismo hegeliano, Marx afirma que a realidade sensível, material, não pode ser concebida e nem assimilada pelo pensamento (idealmente).

Assinale a alternativa correta.

- (A) Estão corretas apenas as afirmações I e IV.
(B) Estão corretas apenas as afirmações I e III.
(C) Estão corretas apenas as afirmações I, II e III.
(D) Todas as afirmações estão corretas.

39 Leia o texto a seguir:

“Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e a grita que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam; e não consideram que em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma” (MAQUIAVEL. *N. Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 21-22).

No trecho anterior, Maquiavel expõe um dos princípios basilares do seu pensamento político e que se consolidou como um dos temas predominantes no surgimento do republicanismo moderno. Diferentemente de seus predecessores, Maquiavel insere o tema do conflito político como elemento central na lógica da ação política.

Tomando como referência o texto da questão, assinale a alternativa correta.

- (A) A concepção de liberdade política em Maquiavel está associada à capacidade do governante em promover o aumento dos conflitos políticos e da tensão social, que sempre resultam em bons efeitos.
- (B) Maquiavel considera que toda cidade é composta pelos humores dos grandes e do povo. Ambos os grupos desejam oprimir e dominar, por isso, estão sempre em conflito social.
- (C) Os conflitos políticos constituem a natureza de toda sociedade e são a condição para o aparecimento da liberdade. No caso de Roma, foi o conflito entre os nobres e a plebe a razão da liberdade daquela sociedade.
- (D) Maquiavel alerta acerca dos riscos sociais que os conflitos podem produzir. Ele destaca que os tumultos políticos são capazes de instabilizar a liberdade social, por isso, devem ser suprimidos em nome de uma sociedade baseada no bem comum.

40 A reflexão acerca do ensino de filosofia, além de pensar no “quê” (*quid* - conteúdo próprio) desse ensino, deve debruçar-se também sobre o “como” (*quod*) desse ensino. Nesse sentido, ao analisarmos o processo didático-metodológico que conduz a ensinar filosofia, seja em qual proposta for, é possível sempre estabelecer algumas instâncias ou momentos característicos de cada proposta.

Considerando-se a proposta de Cerletti (2009), NÃO seria momento constitutivo do processo de ensino de filosofia o seguinte:

- (A) momento dialético/expositivo.
- (B) novo momento reflexivo crítico.
- (C) momento teórico/propositivo.
- (D) momento reflexivo crítico.